

escola **i**nformação

DIGITAL | N.º 45 | MARÇO. 2025



sumário



editorial

3

escola
em movimento

5

cidadania

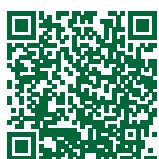
16

caderno

33

breves

47



10 RAZÕES PARA
LUTAR PELO ECD



O caminho só pode ser um, **VALORIZAÇÃO, JÁ!**

Em 17 de março do corrente ano, o chumbo da moção de confiança apresentada pelo governo ditou a sua queda e a consequente dissolução da Assembleia da República.

Fazendo uma breve apreciação de um ano em funções deste governo PSD/CDS, pode dizer-se que os grandes problemas que Portugal tem enfrentado não se resolveram, tendo-se até agravado nalguns setores, nomeadamente na saúde, pela falta de resposta de um SNS que se vai intencionalmente degradando. Por outro, mantém-se o desinvestimento nos serviços públicos, na tentativa de transferir a gestão da segurança social para interesses privados, a falta de resposta à garantia do direito à habitação. Tudo isto contribui para a degradação das condições de vida de trabalho dos portugueses, de uma forma geral.

No que diz respeito à Educação, poderemos até dizer que a queda do governo pode ser uma oportunidade para a resolução de problemas e até abrir a possibilidade de afastar de vez medidas inscritas no programa deste governo que, a serem concretizadas, implicariam um grande recuo no conceito de Escola Pública de Qualidade que queremos e que defendemos.

Vejam-se os seguintes exemplos: a intenção da aprovação de um novo estatuto para os diretores de escolas, criando um corpo profissional de gestores, de CEOs, como dizia MLR; o aprofundamento do processo

de municipalização, também designado de descentralização de competências e com isso desresponsabilizar a tutela do recrutamento e colocação de docentes, deitando por terra o critério da graduação profissional, abrindo, deste modo, a porta a todas as subjetividades e amiguismos; a desresponsabilização da tutela do processo de avaliação de docentes, transferindo essa responsabilidade para as autarquias; e a revisão a Lei de Bases do Sistema Educativo, marco legislativo importante da Educação do pós 25 de abril de 1974, expurgando-a dos seus preceitos constitucionais.

É neste quadro de eleições antecipadas para 18 de maio, que acontecem logo após o 15.º Congresso da FENPROF, que decorrerá em Lisboa nos dias 16 e 17 de maio, o momento de falar com os partidos, convidando-os para um debate sobre o futuro da Educação, ouvindo as suas propostas e delas dar conhecimento aos docentes.

O caminho, aliás, só pode ser um, VALORIZAÇÃO, JÁ! e esse é o sinal que queremos ver dado pelo próximo governo, de que há inequivocamente vontade política para negociar, vontade política para resolver os problemas da educação e dos seus profissionais. •



Plenário Nacional - Revisão do ECD

A revisão do ECD terá de assumir carácter prioritário



José Feliciano Costa
Presidente SPGL

No dia 7 de março, centenas de docentes reunidos em Plenário Nacional, em Lisboa, ratificaram a proposta global apresentada pela FENPROF para a revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Este foi o [documento](#) que, durante o mês de fevereiro, percorreu todo o país envolvendo na sua discussão milhares de docentes presentes nos mais de 380 de reuniões e plenários sindicais realizados.

Na área do SPGL, por exemplo, foram realizados, em três semanas, 112 reuniões e plenários sindicais que envolveram a participação de mais de dois milhares de docentes.

A proposta aprovada no plenário de 7 de março e apresentada publicamente nesse mesmo dia, com a presença da comunicação social, foi o documento de referência construído para negociação com o atual governo o que, não sendo possível, continuará a ser o documento de referência para a negociação com a solução de governo que sair do próximo ato eleitoral de 18 de maio.



Este documento considera, nas matérias a rever, a estrutura da carreira, a escala indiciária, o regime de transição entre estruturas, a avaliação de desempenho e também a aposentação, os direitos e deveres, as faltas, férias e licenças e o regime disciplinar.

O Plenário aprovou, igualmente, uma moção considerando todos estes temas, reconhecendo a importância de um ECD que torne atrativa a profissão. É fundamental combater a perda de atratividade da profissão docente, que acontece pela desvalorização da carreira, pela depreciação dos salários e pelo agravamento das condições de trabalho dos professores.

Na moção aprovada, os docentes presentes consideraram, também, inadmissível a tentativa de limitar a intervenção da mais representativa organização sindical de docentes em Portugal, a FENPROF, ignorando os requisitos legais sobre legitimidade para negociar, procurando substituí-los pela assinatura de protocolos feitos à medida dos interesses da tutela, o que, no entanto, não se concretizou.

No final, os docentes presentes manifestaram toda a disponibilidade para agir e lutar em defesa das propostas aprovadas no plenário e informar os seus colegas nas escolas e agrupamentos, mobilizando-os para as ações e lutas que se tornem indispensáveis.

Neste período que antecede o ato eleitoral de maio, a FENPROF irá solicitar reuniões aos partidos políticos e convidá-los para um debate sobre o futuro da Educação, dirigindo-lhes questões concretas que permitam respostas inequívocas sobre a questão que para os docentes é central, que é a valorização da profissão docente.

Exigiremos à próxima equipa ministerial que a revisão global do ECD terá de assumir carácter prioritário.●

Negociação com MECI torna evidente a falta de confiança no ministro



António Anes
Vice-Presidente SPGL

No início da reunião com a FENPROF já o MECI se apressava a declarar à imprensa o acordo com os sindicatos sobre as matérias em discussão. Ora, que confiança merece um ministro que, ainda não reuniu com todos os sindicatos, anuncie um acordo?

No contexto da queda do governo, após a rejeição de uma moção de confiança, importa destacar o reiterado comportamento do ministro Fernando Alexandre nas negociações com a FENPROF e, mais especificamente, na última ronda negocial sobre a mobilidade por doença, como exemplo demonstrativo e impeditivo de qualquer merecimento de confiança. Acontece que a FENPROF, apesar de registar uma melhoria na negociação do diploma de MpD que ainda vigora, fruto das propostas por ela apresentadas, não viria a dar o seu acordo, pois discorda profundamente da manutenção do formato de concurso, além de vários outros aspetos ([cf. posição da FENPROF](#)). Se os docentes, ou familiares diretos, são portadores de doenças incapacitantes, eles nunca poderão ficar sujeitos à existência ou não de vagas, pois tal perverterá toda a lógica desta mobilidade específica que deverá ser um regime de proteção de docentes com doença incapacitante. Mesmo assim e porque o novo diploma apresenta aspetos positivos face ao atual e pelo facto de evitar atrasos na sua aprovação, a FENPROF não pediu reunião suplementar. Deste modo, ao contrário do Senhor Ministro e também de todo o governo, o comportamento da FENPROF demonstra ser merecedor de toda a confiança dos professores.●



Reinscrição na CGA

Decisões de tribunais consideram lei inconstitucional



Cátia Domingues
Vice-Presidente SPGL

O atual governo mantém a orientação de impedir reinscrições na Caixa Geral de Aposentações (CGA), afetando trabalhadores que, após interrupção do vínculo público e posterior recontratação, foram transferidos para a Segurança Social.

O Plenário do Tribunal Constitucional (TC) deverá pronunciar-se sobre a inconstitucionalidade da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. Várias decisões de tribunais de primeira instância já consideraram essa lei inconstitucional, algumas relativas a sócios do SPGL, e tais decisões foram encaminhadas ao TC para apreciação. Na FENPROF, já são cinco as decisões nesse sentido.

Apesar de centenas de decisões judiciais favoráveis à reinscrição, o governo promoveu uma lei que alega “interpretação autêntica” da norma do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, gerando controvérsia.

O SPGL e a FENPROF destacam a injustiça e vícios de inconstitucionalidade dessa lei e aguardam a decisão do TC, que poderá representar uma derrota para o governo.●



1.º CEB/ Educação Inclusiva

Garantir que a inclusão vigore de maneira eficaz



Sandra Lemos
Dirigente SPGL

A educação inclusiva é fundamental para garantir que todas as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade desde os primeiros anos. A sua implementação é uma prioridade, mas são vários os desafios que enfrenta, especialmente no que se refere à falta de apoios e às dificuldades sentidas por toda a comunidade escolar.

São disso exemplo, a manifesta falta de professores especializados e de materiais adaptados para alunos com necessidades educativas especiais (NEE), a carência de assistentes operacionais suficientes para dar suporte individualizado, as infraestruturas escolares pouco ou nada adequadas, a falta de apoio às famílias, a falta de fiscalização e cumprimento das diretrizes do regime jurídico e ainda a falta de recursos financeiros que garantam o suporte adequado.

Sem políticas e práticas inclusivas fica comprometida a equidade educacional e o desenvolvimento de todos os alunos.

Neste sentido, para garantir que a inclusão vigore de maneira eficaz é essencial a concretização de programas específicos de aprendizagem, mais investimento em formação, mais apoio psicossocial e familiar, mais valorização da interculturalidade, mas sobretudo o reforço das políticas públicas que garantam orçamento e fiscalização efetiva. Sem estas medidas, a inclusão corre o risco de ser apenas uma ideia sem impacto real na vida da comunidade escolar.

No que toca à inclusão de alunos estrangeiros no 1.º ciclo do Ensino Básico, esta apresenta desafios particulares que vão além das dificuldades mais gerais da educação inclusiva.

Estes alunos podem enfrentar barreiras linguísticas, culturais e estruturais que dificultam a sua adaptação ao meio escolar. Acolher alunos estrangeiros implica muitas vezes lidar com o racismo e a xenofobia. Embora o sistema educativo português tenha políticas direcionadas para a diversidade e a igualdade, a realidade escolar muitas vezes revela que ainda há um longo caminho a construir. O racismo e a discriminação, muitas vezes disfarçados ou ignorados por falta de preparação de docentes, técnicos e assistentes operacionais, podem ter consequências graves na construção da identidade dos alunos e na exclusão social.

Uma escola verdadeiramente inclusiva deve ser um espaço onde todos se sintam valorizados e seguros, onde se ensina os valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. É fundamental realizar um esforço coletivo e institucional para garantir que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades e sejam vistas como seres únicos e capazes.●



Provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA)

Provas ModA ou a moda das provas?



Paula Rodrigues
Dirigente SPGL

No presente ano letivo, o modelo de avaliação externa das escolas foi alterado, sem uma avaliação séria e independente do modelo anterior. O MECI decidiu impor a realização, em formato digital, das provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA) e das provas finais do ensino básico em formato digital ou híbrido, antecedidas de provas-ensaio.

Entre 10 e 22 de fevereiro, as turmas dos 4.º, 6.º e 9.º anos realizaram estas provas-ensaio, num calendário flexível, o que facilitou a divulgação de perguntas e não espelha a previsível sobrecarga das plataformas, resultante de um acesso simultâneo a nível nacional.

Horários, distribuição de salas e a componente letiva dos docentes envolvidos no secretariado de exames foram alterados. Professores realizaram

trabalho extraordinário, maioritariamente não remunerado. Na ausência de técnicos informáticos, docentes, sobretudo os de TIC, foram mobilizados para remediar os problemas de obsolescência do equipamento informático e da internet, ultrapassando claramente as suas funções. Registaram-se dificuldades na utilização das credenciais, no acesso às plataformas e quebras na internet. Acima de tudo, com turmas sobrelotadas, programas extensíssimos, falta de apoio técnico e equipamento informático ultrapassado, os alunos não treinaram competências necessárias para uma avaliação em suporte digital – o que é particularmente grave no caso das provas finais dos alunos do 9.º ano, cujo resultado tem um impacto de 30% na avaliação final dos mesmos.

Na fase da classificação das provas (de 20 de fevereiro a 21 de março), os docentes classificadores viram acumulada esta função a todas as outras constantes no serviço atribuído. Mais tarde, foi permitida a dispensa da componente não letiva de estabelecimento, tempo claramente insuficiente dado que a maior parte das tarefas docentes não é facilmente adiável. Perante esta sobrecarga inaceitável de trabalho, muitos professores decidiram aderir à greve declarada pelos sindicatos da FENPROF a todas as atividades relativas às provas-ensaio. Foram, contudo, relatados casos de pressão no sentido de não o fazerem ou de declararem a sua adesão à mesma, atitude prepotente que claramente não respeita o direito à greve, nem as reais necessidades dos alunos. O facto de o acesso às provas ser feito numa plataforma introduz alguma confusão no processo, mas não pode justificar atropelos à lei.

Após mês e meio gastos neste processo, as escolas e professores estarão, no fim do ano letivo, envolvidos nas provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA), de 19 de maio a 6 de junho; e nas duas fases da realização das provas finais de ciclo (9.º ano) e exames do ensino secundário – de 17 a 30 de junho (a primeira) e de 18 a 24 de julho (a segunda) – a que se segue a morosa tarefa de classificação.

2024-2025 será certamente um ano em que as escolas viram esgotar recursos humanos e materiais em torno de uma avaliação externa com muito pouco impacto nas reais necessidades e aprendizagens dos alunos, há muito identificadas. •



Greve e Concentração dos Trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Trabalhadores de Santa Casa da Misericórdia de Lisboa estiveram em Greve e Concentração no dia 14 de março de 2025. A iniciativa realizada no Largo Trindade Coelho, em Lisboa, contou com a participação do SPGL. Trabalhadores da SCML concentraram-se como forma de protesto pelo que tem sido o desrespeito pelo valor do Trabalho e dos seus Trabalhadores. Exigem-se atualizações salariais para todos os trabalhadores e descongelamento imediato de progressões ordinárias. Exige-se o fim da desregulamentação dos horários de trabalho! •

Greve nacional e concentração dos trabalhadores docentes das Misericórdias

Pedro Nunes | Dirigente SPGL

Os trabalhadores docentes das Misericórdias estiveram em greve no dia 21 de março, tendo sido realizada também uma concentração nacional, junto ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Esta ação de protesto serviu para demonstrar ao Governo o descontentamento destes profissionais perante a política de baixos salários no setor e a discriminação dos educadores de infância em creche, existente há mais de

18 anos, e que injustamente impede a sua progressão na carreira. Sabendo que foi assinado recentemente entre o Governo e as entidades representativas do setor social um novo acordo de milhões, esperamos agora que na negociação coletiva não nos apresentem propostas de tostões! •



Plenário Online jovens professores e educadores

Eduardo Jordão | Dirigente SPGL

JOVENS
PROFESSORES
E EDUCADORES

No dia 6 de fevereiro, ainda no âmbito da discussão da proposta de revisão do ECD, realizou-se um plenário online de professores e educadores contratados e desempregados. Com uma participação significativa, debateram-se as propostas da FENPROF, que obtiveram um consenso geral. Já no dia 20 de março, também em formato digital, decorreu um plenário de jovens professores, com o objetivo de analisar e encontrar soluções para os problemas que afetam esta faixa profissional. Além disso, o encontro serviu para mobilizar os participantes para a ação de luta da Interjovem, agendada para 28 de março. Com a presença da dirigente da Interjovem, Rita Branco, discutiram-se temas como os baixos salários face ao custo de vida – em particular o preço da habitação –, a formação inicial de professores e os apoios à fixação e deslocação. No entanto, ficou claro que as preocupações destes docentes vão além das questões laborais: centram-se também na defesa da gestão democrática e da escola pública. •



Progressões não obrigatórias, deixam de estar bloqueadas

DESI FENPROF | Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF

Há muito que a FENPROF luta pelo desbloqueamento das progressões. No ensino superior, fruto de uma incongruência ínsita nos estatutos de carreira docente universitária e do politécnico, milhares de docentes encontram-se no mesmo índice salarial há dezenas anos, apesar de chegarem a acumular, em alguns casos, 30 pontos. Graças à luta dos professores, que incluiu protestos, abaixo-assinados, concentrações e greves, e após várias reuniões com o MECI, foi finalmente aprovada uma solução que, não obstante algumas insuficiências, a FENPROF considera positiva.

Há muito que a FENPROF luta contra a situação de bloqueio às progressões no ensino superior, que é discriminatória face à generalidade da Administração Pública. A publicação do despacho confirma, mais uma vez, que vale a pena lutar. Contudo, sendo algo positivo, importa ter presente que este despacho não repõe toda a justiça, designadamente condicionando a sua aplicação à disponibilidade orçamental das Instituições de Ensino Superior, que, em vários casos, é muito diminuta e noutros até inexistente, conforme já denunciaram o CRUP e o CCISP. Sem abdicar do que ainda não fica plenamente resolvido, cabe agora aos docentes e à FENPROF verificar a aplicação do despacho por cada uma das instituições, no sentido de evitar interpretações e consequentes práticas restritivas.

Porque, também no ensino superior e na ciência, se mantêm muitos problemas por resolver, a FENPROF e os seus Sindicatos continuarão atentos e mobilizados na defesa e valorização dos Docentes e dos Investigadores.●

[Texto completo](#)

MANIT.
NACIONAL

5 ABRIL

LISBOA PORTO COIMBRA



MAIS SALÁRIO E MELHORES PENSÕES

DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS
E AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO
SEGURANÇA SOCIAL / SAÚDE / EDUCAÇÃO / HABITAÇÃO

O momento exige ainda mais luta!



Jorge Gonçalves
Vice-Presidente SPGL

E agora? Vamos a eleições. E temos de garantir que nestas eleições se discute o que realmente importa à Escola Pública, como o investimento na educação e a valorização dos educadores e professores.

Foi com a luta que se conseguiu a recuperação do tempo congelado e será com a luta que se conseguirá a valorização da carreira docente, respondendo à falta de professores através da valorização dos que ainda cá estão e atraindo novos professores. Foi com a luta que se conseguiu melhorias na mobilidade por doença, ainda que mantendo a lógica de concurso. Foi com a luta que se conseguiu efetivar para muitos a reinscrição na CGA, ainda que se tenha de continuar a garantir que é para todos. Foi com a luta que se conseguiu o alargamento do apoio à deslocação.

E é também com a luta que se travará intenções de aprofundar o ataque à gestão democrática e a municipalização, com novo estatuto de diretor e di-

ferenciação dos tipos de escolas, com modelos de gestão diferentes. E é com a luta que se garantirá o investimento na escola pública, em vez de se aprofundar o desvio de verbas para o financiamento dos privados, como anunciado recentemente para a Educação Pré-escolar.

É por isso, neste momento, ainda mais importante continuar a luta, após a mobilização de todos para a Jornada de Luta Nacional, no dia 5 de Abril, participando na manifestação em Lisboa. Contra o aumento do custo de vida, pela defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, convergindo a luta pela valorização da carreira docente e a defesa da Escola Pública com as lutas dos trabalhadores de todos os sectores, nas ruas, com o lema: “Mais salário e melhores pensões | Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado. Segurança Social | Saúde | Educação | Habitação”.

Assim como, garantir a participação ativa nas Comemorações Populares do 51.º aniversário do 25 de Abril, afirmando as conquistas da Revolução e os seus valores, e na importante jornada de luta do 1.º de Maio.●





a voz a quem entra



Eduardo Jordão
Dirigente SPGL

Rute Luís, 26 anos, professora do Grupo 600 - Artes Visuais no AE Almeida Garret, no concelho da Amadora, é sócia do SPGL e foi recentemente eleita delegada sindical.

Eduardo Jordão: O que fez com que decidisses ser professora?

Rute Luís: Comecei a sentir curiosidade pelo ensino durante a minha licenciatura em Desenho e, aliado ao meu enorme gosto pelas artes e por promover criatividade, decidi fazer o Mestrado em Ensino. Sou atualmente professora há 3 anos, de Educação Visual, e a curiosidade que antes sentia transformou-se numa “luta” para defender a importância do ensino artístico nas escolas, e como é fundamental propiciar hábi-

tos criativos aos alunos que não só estimulem a sua imaginação, como trabalhem também a motricidade fina. O meu grande objetivo como professora é que os meus alunos não vejam “as artes” como um fim na escola, mas algo que podem explorar para sempre.

EJ: Quais os desafios/problemas que encontras na profissão?

RL: Como nova professora, o maior desafio que encontrei, e encontro, é a falta de apoio nas escolas para acolher quem chega pela primeira vez ao ensino. Apesar de muitos professores terem habilitação profissional, e terem realizado um estágio pedagógico, continua a ser um “choque” muito grande quando de repente ficamos colocados numa escola e temos 10 turmas para ensinar. Outro problema que encontro, é a falta de recursos nas escolas, tanto humanos como materiais. Sendo esta uma profissão de um imenso desgaste físico, mental e emocional, e de uma enorme responsabilidade, penso que há realmente uma grande lacuna em apoio, e valorização, de professores.

EJ: O que te levou a sindicalizar e dar o passo de ser delegada sindical?

RL: Decidi sindicalizar-me, e mais tarde ser delegada sindical, porque lidei com uma injustiça em relação ao meu horário, e tive imenso apoio por parte do sindicato neste processo. A partir deste momento, comecei a preocupar-me com ilegalidades e abusos por parte das escolas, e a estar mais atenta a estas questões. Todos temos o direito a lutar por melhores condições de trabalho, e a saber nos defender, quando necessário.●



Aposentação

Pensões de 2025 com retroativos desde janeiro

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Foi publicada a portaria com os coeficientes que servem de base para a atualização das remunerações utilizadas no cálculo das pensões. Significa que as pensões dos trabalhadores que se reformaram desde 1 de janeiro de 2025 irão ser recalculadas, e os pensionistas receberão retroativos desde o início do ano.

De acordo com a Portaria n.º 83/2025/1, de 5 de março, esta atualização anual é obtida pela aplicação da inflação, isto é, do índice geral de preços no consumidor (IPC), sem habitação, às remunerações anuais. Ora, “tendo em conta que a taxa de variação média dos últimos 12 meses do IPC, sem habitação, verificada em dezembro de 2024 foi de 2,23%, e que a taxa de evolução média dos ganhos subjacentes às contribuições declaradas à Segurança Social em 2024 foi de 6,5%, os coeficientes de revalorização das remunerações são atualizados em 2,23%”, refere a portaria. O documento atualiza também para 2,73% os coeficientes de revalorização das remunerações registadas a partir de 1 de janeiro de 2002, para efeitos do cálculo da pensão com base em toda a carreira contributiva.

À semelhança de 2023 e 2024, a portaria, que atualiza os coeficientes de revalorização dos salários, foi publicada com atraso.

Por este motivo, os trabalhadores que se reformaram desde o início do ano receberam durante metade do ano pensões inferiores às que teriam direito por lei.●



Manifestação Nacional de Mulheres (MDM)

Comemorações do Dia Internacional da Mulher

Catarina Teixeira | Dirigente SPGL

No dia 8 de março, respondendo ao apelo do MDM e da CGTP-IN, o SPGL esteve na rua a comemorar o Dia Internacional da Mulher participando na Manifestação Nacional de Mulheres que se realizou em Lisboa, dos Restauradores para a Praça do Município, com o lema «Luta que Une | Força que Transforma».

50 anos após a primeira manifestação em liberdade, professoras, educadoras e investigadoras saíram à rua, com milhares de mulheres por todo o País, reivindicando Igualdade no trabalho e na vida, afirmando os valores e as conquistas de Abril. As docentes estiveram em luta pelos direitos das mulheres na saúde e na educação, pela Paz, contra desigualdades, discriminações e violências, contra o agravamento das condições de vida e de trabalho. ●



Igualdade no Trabalho e na Vida

Graça Dias | Dirigente SPGL | GT Igualdade

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Grupo de Trabalho da Igualdade do SPGL promoveu no dia 14 de março, às 16h, na Sede do SPGL, uma iniciativa com as seguintes atividades: apresentação de um estudo “A situação atual das mulheres no trabalho” (2024) desenvolvido pela CGTP-IN; lançamento de materiais da iniciativa “50 fotografias de março a abril”; Karaoke 8 de Março - músicas de intervenção relacionadas com as lutas das mulheres e pela igualdade.

O Estudo sobre a situação atual das mulheres no trabalho foi apresentado pela economista Catarina Morais do Gabinete de Estudos da CGTP-IN, o qual incidiu principalmente sobre o setor privado e os trabalhadores do setor empresarial do Estado, contratados ao abrigo do Código do Trabalho, em relação a novembro de 2024, estabelecendo-se algumas comparações com o ano de 2023.

Relativamente aos salários, no 4.º trimestre de 2024, verificou-se que existe uma diferença de cerca de 13% no salário base bruto em desfavor das mulheres.

Embora tenha melhorado ligeiramente face ao ano anterior em valores absolutos, esta percentagem corresponde a menos 164 euros do que os homens. Entre os quadros superiores, a diferença salarial ultrapassa os 700 euros e entre os quadros médios essa diferença é de 286 euros. Os trabalhadores não qualificados têm diferenças mais pequenas, devido à existência do salário mínimo nacional.

No que diz respeito ao tipo de contrato, regista-se que a precariedade é mais notória entre as mulheres, já que o número de trabalhadoras com contrato de trabalho a termo ou não permanente é superior aos trabalhadores do sexo masculino e essa precariedade aumenta com a idade.

A média de horas semanais trabalhadas ronda as 40 horas quer para homens quer

para mulheres, porém não há dados sobre as horas de trabalho não remunerado que incidem com maior preponderância nas mulheres, no que diz respeito às tarefas domésticas e ao apoio à família (ascendentes e descendentes).

Também a taxa de desemprego é superior entre as mulheres trabalhadoras, centrando-se nos 6,9% no 4º trimestre de 2024 contra 6,5% dos homens e acompanhando essa tendência desde o 4º trimestre de 2023.

Após a apresentação do estudo, seguiu-se um debate que extravasou o tema, tendo-se refletido e comentado algumas situações de desregulação dos horários de trabalho e outros problemas laborais da classe docente, já que a nível salarial não há desigualdade.

Do debate sobressaiu a ideia do muito que ainda há a fazer no caminho da Igualdade, tendo em vista uma sociedade mais justa.

A iniciativa “50 fotografias de março a abril” foi efetuada em 2024 pelo Grupo da Igualdade, através da seleção de fotografias de mulheres na luta, as quais foram compiladas num banner para comemorar o Dia Internacional da Mulher, em 2025. Também foram distribuídos marcadores de livros sob o lema “Igualdade no Trabalho e na Vida”.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher terminou em festa, cantando-se algumas canções emblemáticas de intervenção, relacionadas com a situação real das mulheres no trabalho e na vida que urge melhorar, e a luta que é imprescindível continuar a fazer pela Igualdade.●

[Texto completo](#) 

Liberdade. Igualdade. Portugal com Justiça Social

Ana Bexiga | Dirigente SPGL | GT Igualdade

Desde fevereiro de 2024 ocorreram 20 Encontros Temáticos promovidos pela Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN e a sua sessão de encerramento realizou-se no passado dia 5 de março, com o tema “Liberdade. Igualdade. Portugal com Justiça Social.”

Esta sessão coincidiu com o arranque da Semana da Igualdade e contou com o contributo de vários oradores/as e a participação de vários delegados e dirigentes sindicais, nomeadamente do SPGL.

Ao longo do dia foram debatidas questões fundamentais na luta sindical pela igualdade, nomeadamente as discriminações salariais entre mulheres e homens, os horários longos e desregulados que dificultam a conciliação entre a vida pessoal e familiar com o trabalho, o trabalho do cuidador, a defesa da saúde mental no trabalho e a evolução da igualdade na lei, na vida e no trabalho.●



Manifestação Juventude Trabalhadora (Interjovem)

Jornada de luta de jovens trabalhadores

Eduardo Jordão | Dirigente SPGL

No dia 28 de março, os jovens trabalhadores saíram à rua numa grande jornada de luta. Entre eles estavam os jovens professores, educadores e investigadores, organizados no seu sindicato de classe, o SPGL.

Estes corajosos jovens, que abraçam a profissão docente, reivindicam, entre outras coisas: salários justos, capazes de garantir o acesso à habitação, sobretudo nas regiões com maior carência de professores; o cumprimento das 35 horas semanais, para assegurar a conciliação entre a vida pessoal e profissional; o fim da precariedade; a gestão democrática.

Estas medidas são essenciais não apenas para valorizar a profissão, mas também para atrair mais jovens para o ensino e, sobretudo, defender a escola pública.●

Debate Uma Segurança Social Pública e Solidária



A FENPROF realizou um debate aberto, de participação livre, sobre a Segurança Social que temos e a Segurança Social que queremos, no dia 17 de março.

Para esse efeito, convidou quem pode dar importante contributo para o conhecimento da realidade e a ação a desenvolver: José Correia (CGTP-IN) e Clara Murteira (Professora da Faculdade de Economia/UC).

A FENPROF defende que a segurança social deve ser pública, solidária e universal para garantir a proteção de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica ou laboral.

Assista às gravações das intervenções de [José Correia, da CGTP-IN](#), e de [Clara Murteira, Professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra](#).●

Protesto da comunidade educativa da Academia de Amadores de Música

Pedro Nunes | Dirigente SPGL



No dia 18 de março, a Academia de Amadores de Música (AAM) celebrou os seus 141 anos em protesto. A comunidade educativa da escola juntou-se na Praça do Município, exigindo à Câmara Municipal de Lisboa uma solução para o problema das suas instalações, as quais terão que abandonar até ao final de agosto.

O SPGL esteve presente nesta ação de luta, solidário com todos os trabalhadores, principalmente com os cerca de 40 professores que, desta forma, veem os seus postos de trabalho em risco. Nesta ocasião,

o Presidente da Câmara reuniu com representantes da instituição, sendo apontada como possível solução, um imóvel do Estado situado na Avenida de Berna.

Aguardamos um desfecho positivo para esta situação. O tempo urge e a AAM precisa de casa! ●

**DIA MUNDIAL DA SAÚDE
7 ABRIL**



**É DIA
DE LUTA
PELO
SNS**

DEFENDEMOS O SNS POR TODO O PAÍS

Hospital

S. João Porto | 10h

Dr. José Maria Grande Portalegre | 10H30

VFX Vila Franca de Xira | 11h

de Faro Faro | 11h

Geral dos Covões Coimbra | 14H30

Garcia de Orta Almada | 9H

**Participa e mobiliza para as iniciativas e vem defender o reforço do SNS
nesta luta que é de todos, trabalhadores e população!**

Projeto Escola Azul

Abrir horizontes



Sofia Vilarigues | Jornalista

Fomos falar com o professor José Passos, coordenador do projeto Escola Azul, do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, em Oeiras. Deu-nos a conhecer este projeto que aposta na literacia dos oceanos e na transformação pessoal dos envolvidos.

“Notámos que havia muitos alunos que não conheciam o mar. Os alunos vivem muito no bairro, vão até ao Oeiras Parque e pouco mais. E nós temos a



ideia que estes miúdos precisam é de sair e de conhecer coisas novas, de ter referências. Então, abraçámos o projeto Escola Azul, de forma a promover a literacia dos oceanos”, introduziu José Passos.

A importância do fazer

As atividades do projeto passam muito por atividades práticas.

Fazem batismo de vela, de canoagem e surf. “Nós tentamos que tenham este primeiro contacto com estas modalidades e com o mar”.

Há, também, a visita ao Aquário Vasco da Gama, uma visita de estudo num barco tradicional, e já chegaram a ir ver os golfinhos do Sado. Fomentam-se atividades em torno da biodiversidade. Convidam biólogos para falar e fazem visitas virtuais ao Oceanário.

E, há ainda, o Dia da Escola Azul. Um passeio à praia com atividades.

Com o lixo recolhido fazem trabalhos que depois são expostos no Dia do Agrupamento.

“Sentimos que os alunos ficam mais recetivos, motivados, para tudo o que seja eles terem a experiência de fazer”, avalia José Passos.

“Nem que seja um”

Trabalham numa lógica de projeto, envolvendo as disciplinas de educação física, ciências da natureza, biologia, educação visual, geografia, cidadania.

No secundário são escolhidos dois alunos que são os Embaixadores da Escola Azul. “São escolhidos os que se envolvem mais”. Houve um ano que fizeram uma aposta diferente. “Optámos por alunos que tinham no seu percurso académico algumas dificuldades”. No fim do ano as melhorias destes alunos foram sensíveis.

Não foi só nestes alunos que se sentiu evolução, sente-se em quase todos.

“Mas o que nós achamos é que nem que seja um que tenha conseguido evoluir, tenha conseguido estabelecer laços de pertença, tenha conseguido abrir horizontes, tenha adquirido algumas competências sociais que não tinha, nós já nos damos por satisfeitos”. •

Texto completo 



Elisabete Zagalo
Dirigente SPGL

PERGUNTA 1 | A quem se destina DL 48-B/2024 de 25 de julho 2024?

O DL n.º 48-B/2024, de 25 de julho, estabelece um regime especial de recuperação do tempo de serviço para educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Destina-se aos docentes que tendo estado em funções, tiveram a contagem de tempo de serviço suspensa entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017.

Este DL permite a recuperação faseada do tempo de serviço congelado nos seguintes termos:

- a) Em 1 de setembro de 2024, 599 dias;
- b) Em 1 de julho de 2025, 598 dias;
- c) Em 1 de julho de 2026, 598 dias;
- d) Em 1 de julho de 2027, 598 dias.

PERGUNTA 2 | O que pode ser mobilizado e em que condições de acordo com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 15/2025, de 17 de março?

Enquanto durar o processo de recuperação do tempo de serviço, 1 de julho de 2027, e de modo a flexibilizar e agilizar este processo, pode ser mobilizada última avaliação de desempenho, sem limite de vezes, a última observação de aulas, bem como as horas de formação não utilizadas, obtidas entre 2018 e 2024 (n.º 4 do artigo 6.º, que altera o artigo 5.º do DL 48-B/2024), sendo necessárias apenas 50% nas horas de formação a obter em cada escalão sem exigência de 50% na área científico-pedagógica (n.º 8 do artigo 6.º, que altera o artigo 5.º do DL 48-B/2024). A progressão é garantida mesmo que não haja vaga disponível no 5.º e 7.º

escalão, desde que os requisitos acima mencionados sejam cumpridos.

PERGUNTA 3 | Com o Decreto-Lei n.º 15/2025 continua a ser obrigatória a permanência de um ano em cada escalão?

Apesar das alterações ao DL n.º 48-B/2024, a obrigatoriedade de permanência mínima de 365 dias em cada escalão antes da progressão ao escalão seguinte, prevista no n.º 3 do artigo 4.º do referido DL permanece em vigor. O tempo remanescente à progressão em cada escalão não se perde, é recuperado no escalão seguinte.●

legislação

www.spgl.pt
Legislação



I Série

Decreto-Lei n.º 12/2025

Altera o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, consolidando a implementação das provas de Monitorização da Aprendizagem no final dos 4.º e 6.º anos de escolaridade.

Decreto-Lei n.º 15/2025

Altera os regimes de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação, de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário e o do concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente e que cria o apoio extraordinário e temporário à deslocação para docentes, alterando os Decretos-Leis n.os 32-A/2023, de 8 de maio, 48-B/2024, de 25 de julho, e 57-A/2024, de 13 de setembro.

Decreto-Lei n.º 43/2025

Altera o Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho, que estabelece o regime de mobilidade de docentes por motivo de doença.

Lei n.º 38/2025 de 31/03

Cria o regime de compensação a docentes deslocados, alterando o Decreto-Lei n.º 57-A/2024, de 13 de setembro.

II Série

Despacho Normativo n.º 2-A/2025

Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2024/2025.

Despacho n.º 3640-A/2025

Define o calendário das matrículas e respetivas renovações, bem como dos prazos que destes dependam, para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.●



Virgílio Teixeira
Advogado SPGL

Agressões a docentes

Surgem com frequência notícias acerca de agressões sofridas por docentes em contexto escolar. Os dados oficiais existentes, constantes no Relatórios Anuais de Segurança Interna e nos Relatórios do Programa Escola Segura, permitem concluir que o fenómeno encontra-se bem identificado na sua natureza e dimensão, não exigindo a tomada de medidas especiais nem a adoção de políticas securitárias com vista ao seu controlo.

O quadro legal existente é suficiente para dar resposta ao problema. A Constituição da República Portuguesa, o n.º 2 do artigo 73.º, consagra que “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.”

Por seu turno, A Lei de Bases do Sistema educativo estabelece, no n.º 2 do artigo 2.º, que “O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.”

Estas normas colocam a Escola no centro do processo educativo, consagrando-a como um espaço de Liberdade, respeito mútuo e realização pessoal e profissional de todos os intervenientes no processo educativo. Trata-se de um sistema autopoietico que cumpre uma função primordial do Estado, a Educação.

Combatendo os discursos alarmistas e securitários, cabe à Escola, no exercício desta capacidade de resolver os problemas que surgem na prossecução dos objetivos que lhe estão atribuídos e munida dos meios necessários conferidos pelo Estado, dar resposta aos problemas de violência ocorridos no seu seio, principalmente através de programas de intervenção preventiva e métodos de justiça restaurativa na resolução dos conflitos.

Contudo, impõe-se sempre a proteção das vítimas dos atos ilegais praticados. O ordenamento jurídico dá resposta a esta necessidade em três níveis de responsabilidade: penal, disciplinar e civil.

No plano penal, quando a agressão configura a prática de um crime cabe ao Estado intervir, através do Ministério Público e dos Tribunais.

No plano disciplinar, quando a agressão configura a violação de um dever a que o agressor se encontrava obrigado, compete à Escola, cumprindo o Estatuto do Aluno e o regulamento interno da Escola.

No plano civil, quando a agressão provoca danos patrimoniais ou não patrimoniais, o agressor é responsável pelo seu ressarcimento.

Cada um destes tipos de responsabilidade será tratado individualmente nos números seguintes do nosso jornal, designadamente no que respeita à indicação do modo como devem ser acionados os meios para a sua concretização.●



Educação para a Paz

A aprovação de um pacote de 800 mil milhões para “rearmar a Europa” representa mais um passo na escalada armamentista e belicista, contrário aos interesses dos trabalhadores e dos povos na busca de Paz. Este investimento desvia verbas que poderiam ser aplicadas na melhoria das condições de vida. Ao mesmo tempo que os estados são incentivados a endividarem-se para comprar armas, mantêm-se medidas draconianas na saúde, na educação, na habitação, nos serviços públicos e funções sociais do Estado. Esta escalada e generalização da guerra é contrária ao disposto na Constituição da República Portuguesa que consagra “a solução pacífica dos conflitos internacionais”.

No atual contexto, urge contrariar os discursos de desumanização do outro. No presente caderno damos conta de iniciativas concretas que têm lugar no âmbito da Educação para a Paz.

Trabalhadores e populações precisam da paz e não do que a guerra traz!

Debate "Educar para a Paz em tempo de guerra"

De um breve historial à educação como ato de resistência e ao questionamento dos caminhos para a paz

Lígia Calapez | Jornalista

Três abordagens distintas confluíram para um mesmo tema, “Educar para a Paz em tempo de guerra”, 5.º debate promovido pela FENPROF no quadro do Ciclo de debates de 2025, realizado a 26 de março.

“A cultura da Paz e a importância da Educação para a Paz”, um breve historial do movimento pela paz em Portugal, por Armando Farias, do CPPC. “Guerra e Paz”, uma intervenção de João Jaime, da Escola Secundária de Camões onde integrou órgãos de direção e foi diretor, numa perspetiva do papel da escola. “Pela Paz... mas que Paz?”, um questionamento sobre os fundamentos e condições da própria paz, por Mariana Avelãs, mestre em literatura Irlandesa e professora.

Numa intervenção de abertura, **José Costa**, secretário-geral adjunto da FENPROF e presidente do SPGL, sintetizou, de algum modo, o atual panorama internacional, sublinhando o papel da escola.

Em breve historial do movimento pela Paz em Portugal e do CPPC,

Armando Faria destacou que “as escolas têm sido um lugar privilegiado”, em que “se discuta com os nossos jovens as questões da paz. Procurando que eles percebam o conceito da paz, que percebam que o conceito da paz não significa apenas a ausência de guerra, mas que paz significa nós estarmos bem com todos aqueles que estão em nosso redor”.

Lembrando que assistimos, atualmente, a um aumento das hostilidades e a uma desumanização “que resulta não apenas da violência física, mas também da desinformação, do preconceito e da falta de diálogo”, **João Jaime** considerou que educar para a paz implica “desenvolver uma cultura de respeito e solidariedade que se contraponha à lógica de divisão e ódio. A educação para a paz deve ser inclusiva, expondo as desigualdades que alimentam os conflitos. Nesse sentido o respeito pelos direitos humanos e pela justiça social devem ser desenvolvidos através de projetos de aprendizagem que promovam o diálogo intercultural”.

Mariana Avelãs desenvolveu três itens fulcrais - não há paz sem conflito; não há paz sem justiça; não há paz sem participação. E defendeu a necessidade de “termos uma paz participada, em que sejam os próprios jovens a não admitir que a guerra seja uma opção”.

[Texto completo](#) ➤



Livro "E as pombas? O que têm a ver com os cravos?" "O ato educativo é um ato de paz"

Sofia Vilarigues | Jornalista



Falámos com Anabela Laranjeira e Susana Matos, autoras do livro “E as pombas? O que têm a ver com os cravos?”. Um livro que se pretende também enquanto projeto educativo.

Começámos por querer saber como surgiu esta ideia. “A ideia veio por proposta do CPPC, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, num projeto que tem com os Municípios pela Paz. Foi-nos proposto criar uma história que tivesse o tema da paz”, diz-nos Anabela.

“A Anabela pegou primeiro, com o texto, e eu fiz as ilustrações”, afirma Susana. “A ilustração de um texto é sempre um desafio. E o primeiro é haver equilíbrio entre o texto e a ilustração. É sempre um grande desafio que

a ilustração viva à parte e que não seja redundante em relação ao texto, que venha acrescentar algo mais”, revela-nos a ilustradora.

Traçando algumas pinceladas da história Anabela conta-nos: “A história começa com um diálogo. É uma neta que vai conversando com a avó. Elas estão a fazer desenhos de pombas, cartazes com pombas para a celebração do dia 25 de Abril. Também tem, portanto, uma relação com os 50 anos do 25 de Abril, e de como o 25 de Abril trouxe a paz a muitos territórios. Depois surge a mãe e o avô que esteve na guerra colonial. E, durante a história, uma das pombas fica com um coração vermelho de cravo”. “É preciso que as crianças tenham alguma coisa também a dizer sobre isto”.

A Câmara Municipal do Seixal distribuiu o livro a todas as crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo e as autoras fize-

ram uma apresentação nas jornadas pedagógicas organizadas pela câmara. Ambos os momentos bem acolhidos pelos professores.

Houve também um contacto com a Biblioteca Municipal do Seixal e Anabela e Susana aguardam desenvolvimentos futuros.



Anabela Laranjeira | Autora e Dirigente SPGL

As autoras já propuseram, neste quadro, atividades de projeto. Convidar pessoas com vivências de antes do 25 de Abril e da guerra colonial, pegar em fotos e organizar uma exposição com ilustrações e vídeos.

Apontando objetivos do livro e projetos relacionados, Anabela sintetiza: “Eu acho que o principal foco com as crianças seria compreender quais são as suas perceções. E perceber como é que elas próprias podem participar

na promoção destes valores da paz, e como é que os professores também o podem fazer. Portanto, outro foco seriam os professores. Porque o ato educativo é um ato de paz, é um ato para construir países e sociedades que consigam viver dignamente e em paz, e onde haja bem-estar. E outro foco que eu acho que era importante é a questão da criação artística. E esta componente da cultura da paz e da cultura comopositor da guerra”.

As autoras destacam a importância do tema da paz. “Nós estamos agora com uma discussão de nos armarmos mais, de comprarmos mais armas. Nós, Europa. Nós, Portugal, quando temos a Constituição que temos, que diz precisamente o oposto”, desenvolve Anabela. “A questão da Palestina poderia estar também neste projeto”, aponta Susana. “A maior parte da população daquele país são crianças e jovens. É preciso

que as crianças tenham alguma coisa também a dizer sobre isto”, avança Anabela.

Outros municípios, para além do Seixal, já demonstraram interesse no livro e seu projeto. E, acrescenta Susana, “qualquer professor que lesse e gostasse de desenvolver o projeto na sua escola, na sua turma, nós estaríamos disponíveis”. •



Susana Matos | Autora/ilustradora

[Texto completo](#) ➤

Projeto "Pontes para a Paz"

Um projeto multifacetado que ensina a saber ouvir e a colaborar

Lígia Calapez | Jornalista



O projeto Pontes para a Paz foi o fulcro da nossa conversa com Cristina Costa, educadora social, técnica superior de educação social na EB1 Leão de Arroios, em Lisboa. Uma escola, como muitas outras, repleta de trabalhos, de desenhos dos alunos, espalhados pelas paredes e no átrio de entrada. Parte deles fruto das atividades desenvolvidas no quadro deste projeto.

O plano elaborado por Cristina Costa tem como ponto de partida “perceber qual era o desenvolvimento das competências sociais das crianças, competências socioemocionais”. Porque “é importantíssimo nesta idade elas desenvolverem algumas competências, de colaboração, de respeito do espaço do outro, do saber ouvir”, no fundo a regulação emocional.

Uma vertente fundamental do projeto desenvolve-se em sala de aula, durante uma hora, uma vez por mês, percorrendo todas as salas. Ao longo do ano letivo, nove atividades em cada turma. Tendo o cuidado de diferenciar as turmas de 1.º 2.º ano e as do 3.º e 4.º ano, “porque são idades bastante diferentes”.

Nessa hora trabalha-se algum tipo de atividade, “relacionada com a regulação emocional, com a identificação de certos sentimentos, os ciúmes, a empatia, algumas atitudes de prevenção”.

Outra parte do plano decorre nos recreios. Antes do mais através de uma presença e intervenção direta nos intervalos mais curtos. O intervalo do almoço, que é o mais extenso, é aproveitado para outro tipo de intervenção. Aí, “eu tiro uns 20, 30 minutos, pego nalguns deles e levo-os para uma sala mais sossegada, que tem pufes, tem alguns materiais” escolhidos para essas atividades.

A estas atividades sistemáticas somam-se toda uma miríada de iniciativas – dos “Heróis para a Paz”, ao “Calendário da Bondade”. E participação em projetos, como o concurso de Histórias de Ajudaris ou as comemorações do Dia da Criança ou dos 500 anos de Camões. Ou ainda, a construção de uma árvore coletiva, com palavras e desenhos associados aos direitos humanos.●

[Texto completo](#) ➤



Organização MPPM

Educar para a Paz é contrariar os discursos de desumanização

Raul Ramires | Membro da Direção Nacional do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM)



Dia da Terra, Manifestação por uma Palestina livre e independente | Lisboa, 30/03/2025 (© MPPM)

A guerra e a violência extrema assolam, no tempo em que vivemos, tantos países, em quase todos os continentes. As imagens e os relatos chegam-nos através da televisão e também, cada vez mais, pelas redes sociais. Outras formas de violência e ideias que julgávamos (ou desejávamos) enterradas sob a mais pesada ignomínia levantam cada vez mais a cabeça e chegam-se cada vez mais e em mais países ao poder.

Na Palestina, depois de décadas de ocupação, de guerras, da implementação de um Estado racista, de um verdadeiro sistema de Apartheid e de todo o tipo de violências, o Estado de Israel, apoiado política, diplomática, moral e militarmente pelos seus aliados leva a cabo há quase um ano e meio uma campanha de genocídio, não só contra a população da Faixa de Gaza mas também, por outros meios, contra



A Voz do Operário, Lisboa | 5/07/2024 (© MPPM)

toda a Palestina, matando e tornando impossível a vida em muitas cidades, vilas e territórios. Simultaneamente, e enquanto que por todo o mundo se assistiu ao surgimento de um amplo e histórico movimento de solidariedade, em diversos países do mundo os governos optaram por reprimir duramente essas mesmas demonstrações de solidariedade.

Neste contexto, a Educação para a Paz ganha especial e determinante importância. O MPPM – Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, praticamente desde a sua formação, procurou ser também uma plataforma útil aos professores e a toda a comunidade educativa nessa missão que é a Educação para a Paz. Importa dizer que, educar para a paz é também contrariar os discursos de desumanização do outro, é contribuir para a valorização das culturas, nomeadamente e no caso do MPPM, da cultura do povo palestino, mostrando a sua diversidade e complexidade, combatendo visões esquemáticas e preconceituosas.

Entre as atividades em que o MPPM tem participado contam-se várias idas a escolas (básicas, secundárias e superiores) para, na maior parte das vezes a convite e em conjunto com os professores, expormos e discutirmos as nossas posições sobre os direitos do povo palestino (direitos tão maltratados e desrespeitados desde há mais de 7 décadas) e de defesa da paz no Médio Oriente. Em várias ocasiões e tendo em

atenção as idades e o contexto curricular do público escolar, procuramos levar filmes, vídeos ou outro material de suporte.

O MPPM dispõe, entre outros elementos, da exposição “A Questão Palestina: O Essencial”, que é composta por 12 painéis abrangendo temas como a ocupação do território palestino, a Nakba e os refugiados, o apartheid israelita, o muro e os colonatos ou os presos palestinos. Esta exposição está, neste momento, a circular entre as escolas do Agrupamento de Escolas de Coimbra-Oeste.

Uma das iniciativas de Educação para a Paz mais marcante levadas a cabo pelo nosso movimento, que infelizmente não foi possível repetir, foi o Concurso Escolar “Paz para a Palestina”, promovido em 2010 entre estudantes do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, cujo prémio especial consistiu numa deslocação de uma semana à Palestina, para os autores do trabalho vencedor, professor orientador e representante da Escola, acompanhados por representantes da Delegação-Geral da Palestina em Portugal e do MPPM.



E.S. Alfredo dos Reis Silveira, Torre da Marinha, Seixal | 21/03/2024 (© MPPM)

Se, como se disse acima e é tragicamente evidente no nosso dia-a-dia, os perigos são grandes e os crimes a que assistimos, impensáveis e inqualificáveis, também é verdade que há, da parte daqueles que não aceitam este caminho, força e vontade para combater a propaganda da guerra, a impunidade e indiferença perante os crimes dos mais poderosos e a hipocrisia tantas vezes associada a estas atitudes. Da parte do MPPM contamos poder continuar as atividades nas escolas em defesa dos direitos do povo palestino e da paz naquela região do mundo. Apelamos aos professores que contem com nosso movimento, naquilo que estiver ao nosso alcance, nessa tarefa que é de todos.●

Inclusão

A Paz constrói-se na vivência de uma escola inclusiva



Jorge Humberto | Dirigente SPGL

Educar para a Paz requer uma vivência escolar que promova a inclusão, a resolução pacífica dos problemas e uma vivência harmoniosa de respeito e aceitação. É fundamental que as escolas tenham um ambiente de respeito, onde todos se sintam aceites como parte da comunidade educativa.

Para tal é necessário que estes valores estejam expressos nos documentos orientadores construídos em conjunto, assumidos e vividos diariamente nas decisões, nas ações e na prática pedagógica.

Uma escola verdadeiramente inclusiva é uma escola democrática, onde existe um coletivo que é ouvido numa verdadeira partilha de poder e participação efetiva de todos. Não se educa para a paz numa escola organizada de cima para baixo, onde a comunidade não se sinta parte integrante e que alimente a segregação e o autoritarismo.

A multiculturalidade e a diversidade crescentes no sistema são um desafio para a escola inclusiva que tem de se organizar para aceitar as diferenças e promover a empatia e uma gestão assertiva do medo ou do ódio. Daí a importância de saber acolher e apoiar toda a população, independentemente da sua cultura de origem, língua, contexto socioeconómico, religião, necessidades específicas, identidade ou diferentes formas de vulnerabilidade.

Trata-se de uma questão de Direitos Humanos, quer no acesso à educação e convivência em harmonia, quer também no respeito pela diversidade e igualdade de direitos, combatendo discriminação e as injustiças.

Devemos deixar claro que a Paz se constrói através de uma escola que valoriza e cuida das diferenças e as trata com equidade, pautando-se pela promoção de igualdade de direitos e oportunidades. Uma educação que promove a pedagogia ativa, a autonomia e o sentido crítico, levando os alunos ao questionamento e à descoberta do mundo através da riqueza de um coletivo diverso, com projetos e formas de aprendizagem cooperativa e solidária, onde se reconheça o contributo de cada indivíduo sem exceções. ●



Encontro Nacional de Educação Inclusiva

**Educação Especial e Inclusão:
Desafios Reais, Respostas
Necessárias!**

21 março 2025 | Lisboa

No dia 21 de março de 2025, na Escola Secundária D. Dinis, realizou-se o Encontro Nacional de Educação Inclusiva do qual daremos informação na próxima edição do Escola Informação.

[Carta Reivindicativa](#)





IV ENCONTRO PELA PAZ

PELA PAZ TODOS NÃO SOMOS DEMAIS
CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DE ABRIL

Inscrições



31 MAIO 2025 SEIXAL

IV Encontro Pela Paz

Pela Paz todos não somos demais

Cumprir a Constituição de Abril

CPPC | Conselho Português para a Paz e Cooperação

Vai realizar-se, no próximo dia 31 de maio, no Seixal, o IV Encontro pela Paz! Na sequência do Apelo à defesa da Paz, saído do III Encontro pela Paz, realizado em 28 de outubro de 2023, em Vila Nova de Gaia, e tendo em conta a evolução da situação internacional – com sérias ameaças à paz e graves consequências para os povos –, o CPPC em conjunto com diversificadas organizações sociais, designadamente o SPGL, a FENPROF e a CGTP-IN que, na sua prática quotidiana, tomam clara e inequívoca posição pública contra a guerra e manifestam sincera determinação em defender os valores da Paz e da solidariedade entre os povos, decidiram organizar o IV Encontro pela Paz, a realizar a 31 de maio, no Seixal. O Encontro terá como objetivo geral contribuir para a promoção da mobilização e intervenção em defesa da Paz e da cooperação internacional, e pela rejeição do militarismo, da corrida aos armamentos e da guerra, tendo presentes os princípios constantes na Constituição da República Portuguesa e na Carta das Nações Unidas.●

Conferência “Com que cores se pinta o ‘Negro’?” e Roteiro “Ao Encontro de Lisboa Africana”

No âmbito do projeto “Troca de Saberes” realizou-se, no dia 27 de fevereiro, uma conferência com Inez Marques, Mestre em História Medieval, professora aposentada e investigadora do IEM, intitulada: “Com que cores se pinta o 'Negro'”. Estiveram presentes 26 docentes aposentados e aí pudemos refletir sobre o que representa o encontro de culturas e raças diferentes, numa cidade como Lisboa, desde o séc. XVI até aos nossos dias. Esta foi uma introdução teórica ao Roteiro “Ao Encontro de Lisboa Africana”, que realizámos no dia 25 de março, percorrendo locais de interesse histórico contemporâneos do desaparecido Bairro do Mocambo, ressaltando a evolução que o espaço sofreu ao longo dos séculos. Este bairro histórico, hoje Madragoa, tornou-se um bastião da presença negra em Lisboa a partir do século XVI.

Percorrer documentos e vestígios urbanos foi avivar memórias ancestrais que estudiosos desta temática têm divulgado e nos têm ajudado a conhecer melhor o nosso passado. No futuro continuaremos o roteiro com outros percursos, tendo como objetivo conhecer os locais e a forma como se inseriu a comunidade africana, na sua maioria escrava, na cidade de Lisboa.●

[Texto completo](#) ➤

O Meu Livro Quer Outro Livro: “El-Rei, Nosso Senhor, Sebastião José”

Dezenas de docentes aposentados estivessem presentes, dia 20 de março, na sessão de apresentação do livro “El-Rei, Nosso Senhor, Sebastião José”, pela autora Ana Cristina Silva.



Trata-se de um romance biográfico sobre o Marquês de Pombal. Focando a personalidade daquele que foi Conde de Oeiras e posteriormente Marquês de Pombal, a sua ascensão na corte ganhou maior dimensão após o terramoto de 1755 e com a tentativa de regicídio de D. José I.

Foi muito interessante e vivo o debate no decurso da sessão, entre alguns dos colegas presentes e a autora, sobre a personalidade complexa do Marquês e sobre a sua visão para Portugal, naquele período assolado por guerras na Europa, por conflitos com o Papado e pelas intrigas no seio da nobreza ociosa que girava em torno do rei. Ficámos muito gratos à autora por mais uma vez nos acompanhar. •

[Texto completo](#) ➤

Visita Cultural à Covilhã e a Manteigas

Nos dias 13 e 14 de março, realizou-se uma visita cultural à Covilhã e a Manteigas com a presença de 50 sócios aposentados e respetivos acompanhantes. Visitámos o Museu de Lanifícios, também designado de MUSLAN, que constitui um Centro da Universidade da Beira Interior. Este Museu tem por missão a salvaguarda do património associado a uma das mais antigas indústrias humanas. “Os fios do passado a tecer o futuro” é o lema do Museu de Lanifícios que, de acordo com este princípio, defende uma “conservação ativa” do património que tem à sua guarda.

No dia seguinte visitámos a Fábrica de Burel - “Burel Factory”, um espaço onde a História, o design e a inovação se conjugam para se tornar num só na produção de tecidos artesanais e industriais.

Foram duas visitas guiadas por técnicos que dividiram os participantes em dois grupos e mostraram pormenorizadamente todo o trabalho desenvolvido nestas duas instituições. •

[Texto completo](#) ➤



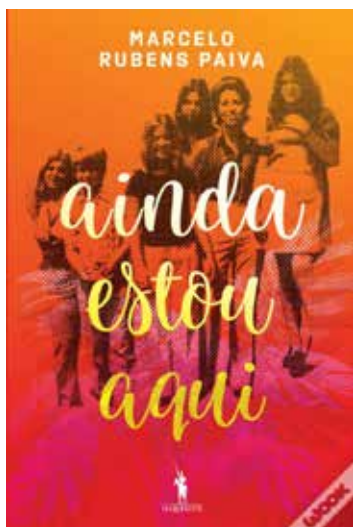
Exposição Coletiva e Comemorativa

Ana Cristina Gouveia | Dirigente do SPGL

Foi no dia 13 de março de 2025 que teve lugar, no Espaço ABC (Sede do SPGL), a inauguração da Exposição Coletiva e Comemorativa em homenagem aos anos de luta dos professores.

A exposição reúne obras de diversos artistas e educadores, cada um trazendo a sua perspetiva única sobre a força da educação e o papel transformador dos professores na sociedade. Mais do que uma mostra de arte, que vai da fotografia à instalação, esta mostra é uma homenagem àqueles que, com coragem e paixão, lutaram pela valorização da profissão e pela construção de um futuro melhor para todos. Foi objetivo da promoção desta exposição contribuir para o finalizar das comemorações dos 50 anos do SPGL, no Espaço ABC. O ambiente estava repleto de sorrisos, abraços e a sensação de pertença, onde professores, artistas e membros da comunidade se encontravam para homenagear um legado que ultrapassa o tempo.

A inauguração contou com a presença de José Feliciano Costa (Presidente do SPGL) e as palavras de António Avelãs, o que permitiu que cada pessoa ali presente se vislumbrasse como parte de uma narrativa maior — aquela que celebra a resiliência e a paixão dos educadores por transformar a sociedade. A inauguração foi mais do que um evento artístico; foi um reencontro com a história, uma reafirmação do compromisso com a educação e uma inspiração para continuar a luta por um futuro melhor. ●



LEITURAS

Ainda Estou Aqui

Marcelo Rubens Paiva

Publicações Dom Quixote, 2025

O livro de Marcelo Paiva, filho do deputado Rubens Paiva, assassinado pelos agentes da ditadura brasileira, é um testemunho vivido em que se cruzam a história de resistência e dignidade de uma família atingida, da forma mais brutal, pela repressão do regime fascista, e a realidade do Brasil de então. “Meu pai foi preso e morto”. À prisão do pai, segue-se a da mãe e da irmã mais velha. Uma mulher e uma menina de 15 anos levadas, encapuçadas, para os calabouços do Centro de Informações do Exército. Este um período da história do Brasil em que “Todo o mundo que era contra a ditadura era comunista. Todos se tornaram suspeitos, subversivos em potencial”. A partir de 1968, “o terror seria uma rotina e prática de Estado”. Libertada, a mãe, Eunice, começou uma luta que se prolongaria por muitos anos.

Uma história de dignidade e de luta, de solidariedade. Uma história que importa, e muito, lembrar. Para que memórias fulcrais não se percam.●

Lígia Calapez



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa:** fotografia de Henrique Borges **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893



16 e 17 de maio 2025 | Fórum Lisboa

Congresso Nacional dos Professores

Documentos
Eleição de
Delegados SPGL



SPGL
Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Praceta João Azevedo n.º 2,
Loja E
2830-527 Barreiro
Telef: 212 064 036
Tel: 91 050 93 98
barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

